



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL  
PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0002317, DE 23 de Abril de 2020.

O Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições e,

Considerando o disposto no § 1º do art. 3º do Decreto n. 13.990, de 02 de julho de 2014 que regulamenta a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul;

Considerando a Resolução SEMADE n. 21, de 27 de novembro de 2015 que estabelece normas e procedimentos para a Outorga de Uso de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Considerando o deferimento com bases nos elementos do processo nº. 0003065/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar os atos relacionados com as Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul, devidamente registrados no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH, discriminados abaixo:

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes da DURH012837
Requerente	14.334.895/0001-05 - AMIDOS SÃO JOÃO LTDA
Tipo de Ponto de Interferência	Lançamento, Transporte e Disposição Final de Efluentes
Finalidade de Uso	Indústria
Município	NOVA ANDRADINA
Unidade de Planejamento e Gerenciamento	IVINHEMA
Coordenadas do Ponto de Interferência	Latitude: -22° 19' 24.3" - Longitude: -53° 22' 42.7" - Projeção:WGS 84
Vazão Lançada	8,00 m³/h

**Art. 2º** O Outorgado constante nesta portaria deverá cumprir as seguintes condicionantes:

1 Condicionantes Gerais:

1. A Outorga não implica alienação total ou parcial das águas, mas o simples direito de uso.
2. A Outorga não exime o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.
3. O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.
4. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos aquelas elencadas no Art. 24 do Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.
5. O Outorgado deverá manter no local do empreendimento, a outorga de recursos hídricos.
6. O Outorgado se sujeita à fiscalização do IMASUL, por intermédio de seus fiscais ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.
7. Encaminhar relatório anual de monitoramento, conforme modelo da RESOLUÇÃO SEMADE Nº 21/2015, no mês em que completar um ano da data da publicação da Portaria de Outorga.
8. A renovação da Outorga deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data limite de sua vigência.
9. A Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente: I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.
10. A Outorga poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias: I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga; II - ausência de uso por três anos consecutivos; III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; IV - necessidade de prevenir ou de reverter grave degradação ambiental; V - necessidade de atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas; VI - indeferimento ou cassação de licença ambiental; VII - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos.
11. Conforme CECA 036 de 2012, os efluentes líquidos somente poderão ser lançados em corpo receptor



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL  
PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0002317, DE 23 de Abril de 2020.

após tratamento e desde que respeitem a condição de regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vezes a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor (vazão de lançamento outorgada).

12. O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual 2.406 de 29 de Janeiro de 2002.

13. Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

2 Condicionantes Específicas:

1. Está Portaria de Outorga de Uso de Recursos Hídricos autoriza o lançamento de Efluente Líquido Tratado, proveniente da ETE da Indústria Amidos São João Ltda., dentro das seguintes características: Direito de lançar vazão média de até 2,22 L/s ou 8,00 m<sup>3</sup>/h de efluente líquido tratado, proveniente do sistema de Lagoas de Estabilização da ETE, com regime de lançamento para 24 horas/dia, 26 dias mês e 12 meses/ano, tendo um volume diário total de aproximadamente 192,00 m<sup>3</sup>/dia de efluente tratado a ser lançado na margem direita do Córrego do Baile, nas coordenadas 22° 19' 24.3" S e 53° 22' 42.7" O (Projeção WGS 84), com uma concentração de DBO média de até 90,00 mg/l e Temperatura igual ou inferior a 25°C. As unidades de tratamento devem apresentar eficiência global mínima igual ou superior a 98,50% para a remoção da DBO<sub>5,20</sub>, conforme consta na Declaração de Usuário de Recursos Hídricos n° 012837, referente a este Ponto de Interferência, atender ao previsto no Artigo 32 da Seção II da Deliberação CECA n. 36/2012;

2. Apresentar em até 30 dias o Croqui de Acesso indicando de forma precisa o local do Ponto de Interferência junto ao Corpo Receptor/Córrego Baile, de acordo com as Coordenadas Geográficas declaradas na DURH012837, estas sempre devem estar coerentes na DURH e Croqui de acesso;

3. Apresentar no prazo de até 30 dias o Cronograma para a Reativação da Lagoa Anaeróbia e consecução da Meta de 98,50% da ETE, bem como um Relatório Técnico com ART contendo Documentação Fotográfica atualizada das Unidades de Tratamento da ETE e descrição de forma sintética das características das Unidades de Tratamento, como: Especificação do Sistema Físico-Primário, Dimensões/Volume útil das Lagoas de Estabilização, Tempo de Detenção Hidráulico – TDH, Tipo de Impermeabilização das mesmas, entre outras que o Responsável Técnico julgar necessárias, bem como descrição técnica do macro medidor de vazão do efluente tratado;

4. Anexar em até 30 dias junto ao Processo de Outorga o Protocolo de Requerimento para a Renovação da Licença de Operação do empreendimento;

5. A eficiência declarada para a remoção da DBO<sub>5,20</sub> está superior ao recomendado pelo Manual de Outorga – SEMADE 21/2015, para o Sistema de Tratamento declarado na DURH012837, devendo o Outorgado sempre comprovar esta Eficiência de 98,50%, através de monitoramento Mensal (DBO e Temperatura) e Diário (Vazão de lançamento) do efluente tratado pela ETE, conforme Item 6.4 do Manual de Outorga, durante a vigência desta Portaria de Outorga;

6. A eficiência do Sistema de Tratamento dos Efluentes Líquidos é de responsabilidade do Outorgado e do Responsável Técnico pelo seu Projeto e Operação.

7. Salientamos que está sendo feito pelo IMASUL-MS o Estudo para o Enquadramento do Córrego do Baile e após conclusão deste, a Portaria de Outorga em questão, poderá sofrer alterações relacionadas à sua Disponibilidade Hídrica e/ou ao Regime de Lançamento de Efluente Tratado para este respectivo Ponto de Interferência;

**Art. 3º** As características técnicas dos usos de recursos hídricos do empreendimento constante desta Resolução estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.imasul.ms.gov.br>.

**Art. 4º** O requerente constante nesta portaria deverá cumprir, naquilo que lhe couber, os dispositivos no Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.

**Art. 5º** Esta portaria tem efeito legal até 23 de Abril de 2023.

**Art. 6º** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANDRÉ BORGES BARROS DE ARAUJO

Diretor Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

Assinado Digitalmente

Valide este documento em [servicos.imasul.ms.gov.br](http://servicos.imasul.ms.gov.br), informando o código de segurança 6424720330002369 na opção "Validação de Portaria de Outorga".

